

**ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER Nº 200/2022**

PROCESSO Nº 102-2022

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM
FINS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
VOLTADOS À PRÁTICA
DESportiva DE JIU-JITSU PARA
DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇO
DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS –
SCFV, A FIM DE ATENDER AS
NECESSIDADES DA SECRETARIA
DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA
SOCIAL E HABITAÇÃO. DISPENSA
DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria o Processo nº 102/2022, solicitando parecer referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FINS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS DE JIU-JITSU, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.** Os serviços serão prestados no regime de 84 horas mensais, no período de seis meses.

A solicitação decorre do Memorando Interno AS nº 407/2022, da Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Habitação, em que é apresentado o pedido e a justificativa para a contratação.

Foram apresentadas nos Autos propostas de 03 (três) empresas, quais sejam JONATA TOLENTINO, inscrita no CNPJ nº 40.690.185/0001-28; LEO MOROSETTI, CNPJ nº 35.304.495/0001-27; e IGOR FAGUNDES LEAL, inscrita no CNPJ sob o nº 32.949.973/0001-68. O menor orçamento apresentado foi o da empresa IGOR FAGUNDES LEAL, no valor mensal de R\$ 2.929,50 (dois mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos) mensais.

Analisando o valor orçado, entendemos se tratar da hipótese de **dispensa de licitação** com base no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista que o valor é inferior a R\$ 17.600,00.



Consta dos Autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis para tal na Ação nº 2110 (Serviços de Proteção Básica à Crianças e Adolescentes), Despesa nº 39 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), Recurso 1 (Recurso Livre).

A documentação da empresa acompanha os presentes Autos, estando conforme determina a Lei 8.666/93.

Pelo exposto, no entender desta Assessoria Jurídica, não há óbice à dispensa de licitação para a contratação da empresa que apresentou o melhor orçamento, opinando pela sua homologação.

É este, salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 14 de julho de 2022.



Eduardo Henrique Krammes,

Assessor Jurídico.

OAB/RS 121.756